

## FORMAS DE UTILIZAÇÃO DE MANGUEZAIS NO LITORAL DO ESTADO DO PARÁ: CASOS DE MARAPANIM E SÃO CAETANO DE ODIVELAS

Lourdes Gonçalves Furtado<sup>(\*)</sup>  
Ivete Herculano do Nascimento<sup>(\*\*)</sup>  
Graça Santana<sup>(\*\*\*)</sup>  
Maria Cristina Maneschy<sup>(\*\*\*\*)</sup>

### RESUMO

Fundamenta-se em pesquisa de campo realizada no litoral do Pará, no marco do projeto Recursos Naturais e Antropologia das Sociedades Pesqueiras da Amazônia (RENAS), da Coordenação de Ciências Humanas (CCH) do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), em parceria com o Projeto Manguezal do Litoral Paraense: Recursos Naturais, Uso Social e Indicadores de Sustentabilidade, da Coordenação de Ciências da Terra (CCTE), da mesma instituição, coordenados respectivamente por Lourdes G. Furtado e Maria Thereza Prost. A pesquisa de campo centrou-se em Camará (município de Marapanim) e Cachoeira (município de São Caetano de Odivelas), duas comunidades costeiras cuja economia assenta-se na pesca e coleta de crustáceos. O trabalho de campo, durante o período da pesquisa contou com a inestimável participação de habitantes das duas comunidades, destacando-se na aplicação dos formulários. Aspecto que facilita o olhar do pesquisador na identificação de temas, situações e problemas endógenos. Contou-se também com o apoio de bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do MPEG, contribuindo para o avanço de seus respectivos planos de trabalho nesse programa. Destaca-se, neste artigo, a relação dos habitantes com os ecossistemas aquáticos envolventes nessa zona costeira do litoral amazônico, o uso social dos espaços definidos pelos habitantes, e alguns aspectos da vulnerabilidade do meio ambiente face aos impactos em presença.

Palavras-chave: Litoral amazônico – Pará. Manguezais – usos sociais. Comunidades pesqueiras.

(\*) D. Sc. Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), Graduada em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Pós-Doutorado no IRD/ORSTOM (Paris) no C.N.R.S.-Unité de Recherche Anthropologie Maritime (Paris) e Centre de Recherche pour le Brésil Contemporain-École des Hautes Études en Sciences Sociales-CRBC/EHSS (Paris). Pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFPA-PPGCS. E-mail: lgfurtado@museu-goeldi.br

(\*\*) M. Sc. Ciências Sociais, graduada em História (Licenciatura) e Pesquisadora do MPEG. E-mail: ivete@museu-goeldi.br

(\*\*\*) Graduada em Geografia pela UFPA e Curso de Especialização em Antropologia, Tecnologista do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). E-mail: santana@museu-goeldi.br

(\*\*\*\*) D. Sc. Sociologia, graduada em Ciências Sociais e Professora da UFPA. E-mail: cristina@ufpa.br

## FORMS OF USE OF MANGUEZAIS IN THE COAST OF THE STATE OF PARÁ: CASES OF MARAPANIM AND SÃO CAETANO DE ODIVELAS

### ABSTRACT

This article is based on research of field carried through in the coast of Pará, in the landmark of the Project Natural Resources and Anthropology of the Fishing Societies of the Amazon (RENAS), of the Coordination of Ciências Humanas (CCH) of Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), in partnership with the Manguezal Project of the Paraense Coast: Natural resources, Social Use and Pointers of Sustentabilidade, the Coordination of Sciences of Terra (CCTE), the same institution, respectively coordinated for Lourdes Gonçalves Furtado and Maria Thereza Prost. The field research centered in Chamber (city of Marapanim) and Waterfall (city of Is Caetano de Odivelas), two coastal communities whose economy is based in fishes and collection of crustaceans. The field work, during the period of the research counted on the inestimable participation of inhabitants of the two communities, being distinguished in the application of forms. Aspect that facilitates the endogenous look of the researcher in the identification of subjects, situations and problems. It was also counted on the support of scholarship holders of Program PIBIC of the MPEG, contributing for the advance of its respective plans of work in this program. The relation of the inhabitants with involving aquatic ecosystems in this coastal zone of the Amazon coast, the social use of the spaces defined for the inhabitants, and some aspects of the vulnerability of the environment is distinguished in this article face to the impacts in presence.

**Keywords:** Amazon Coast - State of Pará. Mangroves - Social Uses. Fishing Communities.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970, no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), várias pesquisas começaram a ser desenvolvidas no setor pesqueiro artesanal amazônico em diversas comunidades. O Programa Recursos Naturais e Antropologia das Sociedades Marítimas, Ribeirinhas e Estuarinas da Amazônia (RENAS)<sup>1</sup> por meio do Projeto Formas de Utilização Social dos Manguezais: coletores do litoral do Pará buscou a continuidade destes estudos para coletar dados que reflitam a realidade contemporânea das comunidades pesqueiras face aos impactos de fatores sociais e ambientais a que estão sujeitos. Para isso, a equipe<sup>2</sup> do Projeto efetuou um estudo socioeconômico-ambiental, visando um conhecimento socioantropológico das populações que habitam essas comunidades. Tomou-se, como exemplo, duas áreas dos Municípios de Marapanim e São Caetano de Odivelas.

A primeira etapa do presente estudo realizou-se em Camará, pequena vila de pescadores, do Nordeste Paraense, localizada no município de Marapanim, onde a população utiliza recursos mobilizados nesses ambientes, além de ter uma forte relação econômica e social com diversos centros da região das zonas do Salgado e Bragantina em cujo eixo transitam bens sociais e materiais necessários à vida dos grupos domésticos lá existentes, principalmente

em torno da pesca. Essa vila tem sido base para pesquisas e estudos de natureza pluridisciplinar, no sentido do entendimento da vida social e de sua relação com a biodiversidade nessa região. Partilha das condições geofísicas e geopolíticas da zona costeira do Estado do Pará.

A segunda etapa foi realizada na vila de Cachoeira, praticamente a 10 minutos da cidade de São Caetano de Odivelas, sede do Município homônimo na mesma região, cuja base de vida gira em torno da pesca e da coleta, principalmente, de caranguejo (*Ucides cordatus*).

Os objetivos dessa pesquisa dirigiram-se para a análise da situação das comunidades diante dos impactos naturais e antrópicos a que estão sujeitas e que vem afetando a sua relação com o meio ambiente. As duas comunidades serviram de cenários representativos dessa situação cujos aspectos são enfocados neste artigo.

Parte dos resultados das pesquisas em Camará e Cachoeira foi apresentada no Relatório Técnico-científico Final, apresentado à Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) como produto do Projeto Fundo Tecnológico/Sectam (FUNTEC/SECTAM) nº 72953/1997 elaborado por pesquisadores das Coordenações de Ciências da Terra e das Ciências Humanas do MPEG mencionados na nota 2.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

### 2.1 A REGIÃO DA PESQUISA: GENTE E AMBIENTE NA ZONA COSTEIRA

Falar de região costeira, neste caso, equivale pensar área que se localiza ao longo dos 562 km da costa, entre os Municípios de Colares (fronteira com o estuário amazônico) e de Viseu (fronteira com o Golfão Maranhense). Nessa região estudada observa-se abundância de bosques de mangue que estão inclusos nos, aproximadamente, 180.000 km<sup>2</sup> de manguezais existentes em mais de 100 países, e nos 1,3 milhões de hectares de manguezais distribuídos ao longo da costa entre os Estados do Amapá e Santa Catarina (SOUSA) sob influência marítima, onde aí se distribuem diversas pequenas unidades sociais de dimensões variadas, entendidas como lugares, sítios, povoados e vilas, com população variável entre 200 a 1500 pessoas e com uma organização social onde predominam as relações pessoais, forte sentimento de comunidade, identificado aos ambientes costeiros. Esse valor relacionado à territorialidade historicamente determinada é que define os limites dessas localidades da comunidade, isto é, as fronteiras entre elas, até mesmo ultrapassando limites oficiais determinados administrativamente.

Essa territorialidade que configura as comunidades costeiras dessa região é reconhecida como lugar comum de viver e de produzir para subsistência dos grupos domésticos e reprodução sociocultural. O produzir se efetiva através de unidades de produção fundada no trabalho familiar, nas relações de grupos de vizinhança que são valorizadas social e economicamente e, ainda, nas diferentes organizações de tripulações para o trabalho da pesca, coleta e agricultura insipiente.

As atividades econômicas se diversificam com intensidade variável em pesca, lavoura, coleta, extrativismo e serviços primários. Todas fundadas na mobilização dos recursos naturais disponíveis no meio ambiente. A composição destas unidades de produção, não obstante o acelerado e desordenado processo de transformação vigente na região, ainda, se baseia nas relações familiares, de compadrio e vizinhança; mantém o modelo de emprego da mão-de-obra familiar e/ou de parentes, amigos, vizinhos e compadres, revelando uma resistência à situação de emprego e às formas de assalariamento para remunerar o trabalho.

Este sistema, entretanto, vem constituindo a base do sistema econômico das populações tradicionais da Amazônia e tem sido o responsável pela reprodução dos ambientes manejados ao longo dos anos anteriores, seja na lavoura, seja na pesca. Como tal merece a observância de sua lógica no sentido de atender suas demandas.

A solidariedade como um ato decorrente do princípio de reciprocidade (MAUSS, 1974) fundamenta tais unidades produtivas, gerando trocas em diferentes níveis – econômico e supra-econômicos ou simbólicos – que, conseqüentemente, tecem e multiplicam redes de mutualidades, lealdade entre os homens ou entre grupos sociais distintos presentes nas comunidades. A ajuda mútua é um fator de produção e agregação de pessoas em muitas ações no seio das localidades da orla litorânea do Pará, presente na construção de canoas, de currais, na tiração de pau no mato ou mangal

para fazer uma caieira, um munzua, um viveiro, um galinheiro, ou uma cerca. É geradora de contrapartidas futuras equivalentes ou não. Sob outra forma, o aviamento de despesas põe em relação os trabalhadores da pesca e comerciantes de peixes locais ou de fora, o que após uma pescaria leva à entrega do peixe produzido para um comerciante, genericamente, conhecido como marreteiro (PINTO, 1997). Em geral, a força natural de trabalho de um homem na pesca, mesmo que não tenha nenhum instrumento de trabalho, é reconhecida como valor e passivo de recompensa dentro de uma unidade de produção. Estes fatores podem ser fortes razões para servirem de base para a organização de Arranjos Produtivos Locais (APL), através da pesca, coleta de crustáceos e moluscos a exemplo do que a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) vem realizando na região.

A dependência da maior parte da população costeira aos ecossistemas marinhos é fato que se impõe à observação, à reflexão e ao debate interdisciplinar e interinstitucional, no sentido de: a) chamar a atenção para as questões que tomam conta do pensamento de muitos cientistas, tais como uso, superexploração, degradação e esgotamento; b) mas, sobretudo, para chamar atenção sobre o direito de uso dos recursos comuns e posse dos territórios costeiros e marinhos construídos, milenarmente, pelas populações tradicionais; c) desvelar as especificidades sociais e ambientais dessas populações tradicionais, em defesa do uso seletivo e da lícita apropriação dos mesmos; d) se buscar um denominador comum para a sustentabilidade ou durabilidade dessa milenar relação entre o homem e meio ambiente, de modo a se ter um uso equilibrado dos recursos produzidos pelos ecossistemas em presença; e) e por fim, no sentido de minimizar conflitos e sugerir caminhos alternativos para a intervenção antrópica no universo costeiro que ora se faz por formas diversas.

Ao se mencionar a relação homem-meio ambiente, não se está pensando aqui no homem enquanto indivíduo, mas como um ser coletivo que partilha de um grupo social, mas de uma estrutura construída por relações e processos, a qual reproduz, igualmente, graças às relações e processos ao longo da sua história de longa duração, isto é, desde os tempos pré-coloniais; de uma estrutura não isolada, mas, pertinente a uma totalidade em movimento. Está na razão de ser de sua situação de *part society*, pela qual depende em níveis diferentes, de um mercado que se reproduz e se diversifica graças à dinâmica de sua pequena produção. Estes são aspectos organizacionais e estruturas que sustentam as pequenas comunidades – vilas ou povoados – ao longo da costa paraense ou mesmo em outras áreas da região de águas interiores.

Há uma interação marcante entre homem e natureza nessas regiões, não apenas marcada pela relação objetiva de trabalho-subsistência, mas, também, no imaginário. O mar e os outros ecossistemas têm uma representação sociocultural, altamente, valorizada na percepção dos indivíduos. A noção de territorialidade de Camará e de Cachoeira, por exemplo, remete para a construção da identidade dos habitantes como pertencentes à, isto é, supõe a construção da identidade, da noção de pertencimento a um território chamado Camará e/ou Cachoeira que, ao mesmo tempo, remete para a noção de fronteira uma vez que se limita com uma outra territorialidade relativamente diferente da sua. Os dois conceitos, portanto, remetem para a identidade, o primeiro, e o segundo a alteridade, para a noção do outro.

Pode-se dizer que essas pequenas comunidades de pescadores e coletores marítimos do Pará, na orla marítima da Zona do Salgado, se inserem em um nível de comunidade costeira, aquela mais diretamente dependente do

mar em relação aos outros dois, que são de um nível de transição, constituído do encontro da salinidade do mar com a água doce dos rios

principais, no caso o rio Marapanim; e outro, o de um nível em que a água é hegemônica. Têm-se, assim, o seguinte diagrama:

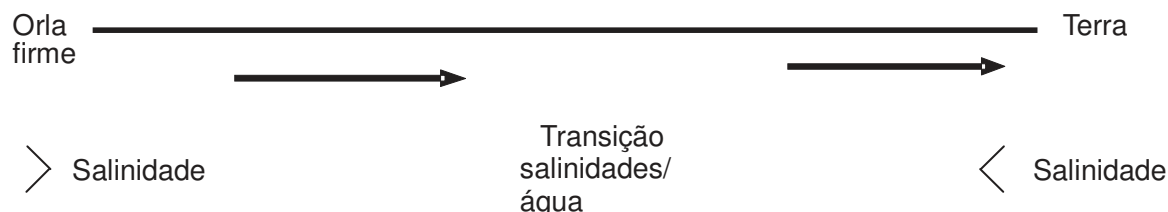


Diagrama 1: Níveis de transição de salinidade da água na área de estudo.

Essa situação é recorrente, na zona costeira do Pará, atribuída às especificidades ambientais por influência da dinâmica costeira que faz avançar ou recuar sazonalmente o nível de salinidade da água nos rios da região e, assim, atribuindo variação nas atividades da pesca tradicional, bem pouco, atualmente, nesses rios em relação as do mar.

Levar a pesquisa para as comunidades representativas desses dois outros níveis ecológicos (ao longo dos rios Marapanim e Mojuim, respectivamente no Município homônimo e São Caetano de Odivelas), é relevante para conjugar dados sociais, bióticos e abióticos, no sentido da atualização dos conhecimentos sobre as especificidades sociais e ambientais da região costeira, e da geração de dados para planificação de ações desenvolvimentistas na região. Firma-se, então, a hipótese de que, em três diferentes níveis de territorialidade, a população regional e os valores socioculturais se conjugam como determinantes.

Camará foi à primeira área contemplada, principalmente, por ser palco de outros estudos

já realizados pelo MPEG, é um porto pesqueiro, hoje, bastante interessante do ponto de vista científico. Depois que Marudá foi perdendo o status de vila pesqueira para o de estação balneária, Camará tornou-se um centro de concentração populacional tanto de pescadores migrantes de outras zonas litorâneas pesqueiras, quanto de turistas que buscam áreas menos habitadas, “mais calmas” fora do circuito “clássico” de veraneio na região. Com uma população estimada em pouco mais de 830 pessoas, é uma das vilas distrito de Marudá, localizada no Município de Marapanim com 20.087 habitantes, no litoral nordeste do Pará. O acesso é feito por estrada de terra e pelo rio. É uma vila pesqueira que se originou na década de 1960 às margens do rio Cajutuba.

A comunidade de Cachoeira com população estimada em 1.492 pessoas, localizada no Município de São Caetano de Odivelas com 21.126 habitantes distribuídos em 46 localidades além da sede municipal, foi selecionada a partir dos estudos realizados pela pesquisadora Cristina Maneschy da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua economia repousa na pesca tradicional, coleta, agricultura e extrativismo.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui são apresentados alguns resultados dos estudos a partir dos usos dos diferentes espaços produtivos locais, os quais são ao mesmo

tempo espaços de trabalho e de sociabilidade local, definidos como seguem.

#### 3.1 DA PESCA

O espaço da pesca no litoral é zoneado tradicionalmente em pesca de alto e de beira. No primeiro caso predomina o uso das redes malhadeiras e espinheis que obedece a um circuito tradicional que a partir da comunidade estende-se a toda a zona do Salgado. No segundo predomina a atividade de coleta no mangue, pesca de curral e mariscagem.

Neste primeiro circuito, os pescadores deslocam-se em busca das espécies que variam de acordo com os níveis de salinidade nos períodos de maior ou menor vazão do rio Amazonas, usando embarcações motorizadas (lanchas), e que encareciam, também, nos preços do mercado.

Além desta pesca, são utilizados os currais cujos tipos variam de acordo com a

localização. Os de fora ficam nas barras arenosas (bancos) cuja produção, juntamente com a pesca de alto é direcionada, diversificadamente, à comercialização. Furtado (1987), apresenta um modelo de circuito de pescaria sujeito às variações sazonais, e principalmente ao regime de descarga do rio Amazonas em sua foz. Essas regiões definem a presença de cardumes qualificados para o processo de comercialização.

Nas áreas próximas à costa (manguezais e praias) são utilizados vários instrumentos como currais de beira, pequenas redes, puçás, tarrafas e linhas de mão. Esta pesca de beira visa principalmente à subsistência, enquanto a produção da pesca de alto dos grandes currais de fora é direcionada ao mercado.

#### 3.2 DA COLETA

A coleta de moluscos e crustáceos realizada nos manguezais é a segunda maior fonte de renda e assume cada vez mais importância na economia à medida que novas espécies são incorporadas ao circuito da comercialização. O caranguejo, em ambas as vilas, é a espécie mais coletada. As formas de coleta embora sigam a tradição, já apresentam mudanças na tecnologia com uso de laço, tapagem e gancho, que aumenta o poder de captura. Além do caranguejo são coletadas, também, outras espécies da fauna como ostras, sernambi e turu. A incorporação dos espaços

produtivos à malha viária vem permitindo que a demanda dos mercados consumidores urbanos chegue até às pequenas comunidades introduzindo mudanças nos usos tradicionais tendo como maior exemplo a busca pelo caranguejo beneficiado, genericamente, chamada de massa de caranguejo. Esse mercado se expande em suas diferentes categorias de comerciantes (marreteiros), inclusive o trabalho volante semelhante ao trabalho volante na agricultura (REIS, 2006). Este tipo de coleta está a exigir forte fiscalização governamental ajudada por

alternativas locais a fim de contribuir com saberes e exploração dos manguezais para uso comunitário.

A coleta de espécies vegetais tem grande importância para a vida cotidiana nas comunidades. Na atividade pesqueira são utilizadas madeiras para os moirões, varas e cintas, e as espécies mais coletadas são: tinteira (*Laguncularia racemosa*), siriuba (*Avicennia germinans*) e mangue vermelho (*Rizophora mangle*). Em uma estimativa feita em Camará, da quantidade de madeira gasta em um curral, tipo enfia, seriam necessários 150 moirões, 60 cintas e 400 varas. Somente na área fronteira à comunidade de Camará há, aproximadamente

150 currais. Estes dados são suficientes para avaliar a importância do manguezal na economia local e na reprodução social dos pescadores.

Enfatiza-se que a construção do curral não é o único uso da madeira do manguezal que, cada vez mais, entra na construção das casas, ranchos para guarda de material de pesca, produção de carvão e outros.

Além da coleta de madeira a flora é utilizada para elaboração de remédios caseiros como, por exemplo, o barbatimão. Coleta-se, também, mel de abelhas um importante componente da alimentação e do uso terapêutico.

### 3.3 DA AGRICULTURA

No nordeste paraense a ocupação humana vem articulando duas áreas ecológicas, a região de água doce e a região de água salgada (FURTADO, 1987). No passado havia a interação pesca e agricultura em um calendário mais interativo com a natureza, era o tempo dos pescadores/lavradores onde a coleta da fauna e flora, o baixo índice demográfico e o relativo isolamento das comunidades permitiu um modo de vida mais independente dos mercados (NASCIMENTO, 1995). A partir das três últimas décadas ocorreram mudanças tecnológicas com a introdução da rede de emalhar, os barcos motorizados, a possibilidade de refrigeração e armazenagem, abertura de estradas, que conjugadas à pressão demográfica, vem levando ao aumento da produção e maior dependência dos mercados.

Atualmente, as vilas do litoral vivem exclusivamente da pesca e interagem com as comunidades de água doce que mantém uma agricultura de subsistência cada vez mais precária pelas questões fundiárias e ausência de crédito entre outros problemas. Em Camará, por exemplo, ocorrem casos de famílias onde as mulheres mantêm roças, principalmente de mandioca em associação com sua parentela na comunidade de Bacuriteua. Com a crise na agricultura vem aumentando a pressão demográfica sobre as áreas de pesca enquanto receptora de migrantes a exemplo da vila de Marudá, município de Marapanim, que do total de pescadores existentes no local, aproximadamente, 80% são migrantes.

### 3.4 DOS QUINTAIS DOMESTICOS

Camará e Cachoeira, como em geral as comunidades do litoral, estão assentadas em solos impróprios para o cultivo. As áreas adjacentes às

moradias são relativamente pequenas, em relação ao padrão de ocupação da agricultura que se caracteriza pelo maior espaçamento entre as

mesmas. Apesar destes fatores, o uso dos quintais é importante na qualidade de vida da população, pois, seus produtos complementam a dieta e entram na manipulação terapêutica e cuidados higiênicos e cosméticos conforme o uso tradicional. Em Cachoeira, foram catalogadas 96 espécies e em Câmara 60, entre frutas, hortaliças e plantas medicinais. Além do cultivo, os quintais são locais de criatórios de animais, que representam uma

reserva protéica no período da escassez dos produtos da pescaria. Esses espaços têm sua importância minimizada, pois só esporadicamente seus produtos entram no circuito da comercialização, e por estarem ligados às atividades das mulheres, em sociedade onde a representação do homem como provedor do grupo doméstico leva à pouca visibilidade do trabalho feminino.

### 3.5 DAS PRAIAS E O TURISMO

O processo de mudança nas duas últimas décadas se identifica no litoral nordeste do Pará, com a maior dependência das áreas de pesca artesanal ao mercado. A busca dos produtos do mar vem se diversificando e a malha viária vem encorajando o seu fluxo. Mas além da produção de frutos do mar, a área do litoral, oferece outro espaço que vem tendo sua procura intensificada: as praias, enquanto espaço de lazer turismo em expansão. Os planejadores da várias instâncias (municipal, estadual e federal), vêm gerando bases para a indústria do turismo como fonte de divisas, trabalho, renda e lazer. Esta postura é acompanhada pela presença do patrimônio natural como foco de atração turística através da mídia. No caso das praias do litoral do Pará, na região estudada, várias foram incluídas em roteiros turísticos locais e nacionais difundido pelas redes de televisão local e regional. A expansão das estradas vem permitindo acesso às áreas antes isoladas e ampliando as possibilidades de lazer para estratos mais amplos da sociedade.

A convivência da população tradicional de pescadores com os turistas e veranistas, que nas épocas de maior procura (férias escolares e feriados prolongados) os superam, numericamente, coloca várias questões. A especulação imobiliária é um dos produtos deste processo, resultando quase sempre no

deslocamento das moradias dos pescadores dos locais mais cobiçados, as proximidades das praias, que são substituídas pelas casas de veraneio e equipamentos turísticos como hotelaria e alimentação, observa-se a transformação do espaço de trabalho em espaço de lazer. Vale ressaltar que a intensificação da especulação imobiliária e a expansão urbana na área do litoral vêm mudando a paisagem com a ocupação dos manguezais que são aterrados. Essa situação cria uma oferta de empregos, necessários para a construção e manutenção das casas de veraneio. Há um aumento da procura de empregadas domésticas e pequenos serviços que vão gerar renda para as mulheres e crianças. O contato com a população flutuante dos veranistas coloca em interação pautas culturais diferentes levando a mudanças comportamentais e à criação de expectativas que muitas vezes chocam-se com a tradição. As manifestações culturais locais (carimbó, por exemplo) são substituídas por outras veiculadas pela mídia. Neste momento os arranjos para a migração muitas vezes são desencadeados.

No caso do Município de Marapanim, há duas comunidades que se colocam como foco de interesse para pesquisa comparativa, pois se encontram em momentos diferentes desse processo: a) Marudá, de ocupação mais antiga, já teve sua função de vila pesqueira

inquestionável na década de 1970 (FURTADO, 1987), atualmente está em processo de transformação em balneário, onde a presença da atividade pesqueira se dilui à medida que os veranistas se tornam presentes. Hoje, apresenta feição de estação balneária diferente de 30 anos passados; b) Camará, principal pólo pesqueiro atual de Marapanim. O cotidiano é marcado pela atividade pesqueira, mas a presença dos veranistas, já se faz sentir com uma insipiente especulação imobiliária. Estas mudanças associam-se à pavimentação da estrada Marudá-Crispim. A praia do Crispim, que vem se colocando como novo ponto de veraneio do Município é um bom exemplo de desrespeito à legislação ambiental vigente, pois estando a região dentro do circuito de áreas protegidas estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e parte sob jurisdição da Marinha, apresenta áreas loteadas privativas e outras de ocupação recente sob a forma de “invasão”.

No litoral Nordeste do Pará há forte preocupação com a proteção ambiental por parte de moradores, pesquisadores, poder público e sociedade em geral, porém este fato não vem se traduzindo em soluções concretas. Não obstante, a vizinha Área de Proteção Ambiental (APA) Algodoal/Maiandeuá, implantada segundo a Lei Estadual nº 5.621,

de 27 de novembro de 1990 no Município de Maracanã, na Ilha de Maiandeuá, há onze anos, não implementou seu Plano de Manejo (QUARESMA, 2000). Acredita-se que as situações conflituosas locais existentes decorrem do divórcio entre Estado e comunidade no momento das discussões para sua criação.

As áreas protegidas segundo legislação em vigor, tanto no âmbito municipal, estadual e federal, têm algo em comum no modelo de sua implantação: parecem carregar em sua história uma participação pouco concreta e efetiva da população local, o distanciamento da população alvo e a falta de recursos humanos e financeiros para sua implementação. No contra fluxo desse processo, as comunidades organizadas em associações no sentido de dar visibilidade ao seu poder político, levaram o Estado à mudança nesta postura com a criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNTPT) criado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) com os seguintes objetivos de: a) criação de Reservas Extrativistas (RESEX) a pedido e mediante mobilização dos interessados; b) elaboração do Plano de Uso de Recursos pelos usuários; c) conservação dos recursos ambientais para uso das gerações futuras.

#### 4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Após trabalho de campo em Camará e Cachoeira, algumas questões se colocam. A preocupação norteadora da pesquisa pretendeu envolver um critério biótico sem perder de vista o critério social, que é o de ressaltar as diferentes formas de utilização e apropriação dos recursos fornecidos pelo meio ambiente a partir de determinações histórico-sociais e culturais urgentes de serem registradas e analisadas numa sociedade em transformação acelerada, sobretudo pelos efeitos da globalização no campo da mídia, da ciência e tecnologia.

O processo mesológico ou natural dominante no litoral Nordeste Paraense é a forte influência da dinâmica costeira que se reflete na dinâmica social. Esta dinâmica costeira ocasiona mudanças ambientais: como da instalação ou substituição de manguezais e cordões de praia, assoreamento de lagos, rios e igarapés, que interferem nas formas adaptativas da população humana. A convivência da equipe de pesquisa com a realidade regional possibilita a percepção das modificações da relação do homem com a natureza e o acirramento dos problemas sociais.

Quanto às formas de utilização dos recursos naturais são variados ao longo do litoral e áreas afins marcadas pela mão-de-obra familiar e tecnologia simples no manejo dos ecossistemas existentes para sua reprodução social, sendo utilizados através da pesca tradicional (rede, curral), coleta e extrativismo de fauna (caranguejo, mexilhão, sernambi, turu, sapecuára) e flora (mangueiro, tinteira, siriubeira, cipós, plantas medicinais, resina, lenha, madeira para carvão e outros).

No espaço de pesca, que corresponde ao espaço de trabalho pesqueiro, é interpretado pela população local como meio de vida e de natureza comum. Os limites de cada unidade de trabalho

são marcados, conseqüentemente, por linhas imaginárias definidas pelo recolhimento do direito costumeiro de construção e apropriação.

Esses espaços são pensados localmente como terra de trabalho e de moradia, e água de pescar e reproduzir e permeados por conflitos que têm origens distintas. Do lado antrópico a especulação imobiliária, a ausência de políticas territoriais, de estímulo às cadeias de produção e de desenvolvimento local, de monitoramento das leis vigentes. E do lado mesológico interveniências dos processos naturais causados, principalmente, pela dinâmica costeira.

Quanto aos impactos naturais a pesquisa apontou a comunidade de Camará como mais frágil, em relação a aqueles derivados da dinâmica costeira, do que Cachoeira cuja localização é mais resguardada desta influência.

Em Camará, o principal fator de impacto sobre o modo de vida da comunidade é a erosão e assoreamento do rio do mesmo nome. O primeiro fator ocasiona a restrição do espaço de ocupação da vila. Este fator natural articula-se com o acesso a terra, um problema social para as comunidades pesqueiras que é a privatização do espaço público (áreas de manguezais, os cursos d'água, beira-mar), agravado pela "turistificação". Estes fatores colocam os habitantes em uma situação duplamente incômoda, por um lado o espaço de trabalho se contrai pela ação marinha, por outro, são impedidos pelo proprietário da terra de instalarem-se em nova área fora da ação do mar.

O assoreamento do rio Camará dificulta a navegação, pois limita o uso de barcos motorizados, tornando possível, apenas, as pequenas embarcações a remo, aumentando o esforço de trabalho e dificultando a instalação

de um local de desembarque adequado à produção.

A invasão das marés no espaço de instalação das moradias se torna crítica nos períodos das águas “grandes” (marés de sizígia) dificulta a manutenção dos hábitos tradicionais de criação de pequenos animais e cultivo de espécies vegetais, utilizadas tanto na alimentação, quanto no cuidado com a saúde. Nos dois casos este impedimento, reflete-se nos níveis de qualidade de vida dos habitantes com as limitações nas alternativas de subsistência podendo levar ao aumento da pressão sobre os estoques de produtos do mar.

Com relação aos riscos antrópicos a “turistificação” em curso no litoral paraense associada à especulação imobiliária leva os veranistas a ocuparem as áreas privilegiadas. Em Camará vem ocorrendo o fato dos pescadores passarem a ocupar áreas próximas ao manguezal com conseqüências variadas, tais como: a poluição por dejetos e lixo doméstico; a impossibilidade de recriarem as formas tradicionais de existência como criação de animais; cultivo em canteiros de hortaliças e de plantas medicinais.

Relacionando as possibilidades de risco, há informações entre os pescadores da implantação de um projeto turístico, em parte da ilha Dom Pedro em frente à Vila, que incluiria um condomínio fechado, marina e uma área de naturismo (na ilha), com estacionamento em Camará. Não obtivemos informações sobre a entidade que iria implantar este projeto, mas já ocorre uma incursão exploratória, onde um grupo de pescadores fez um levantamento da área, informando o local aproximado para o empreendimento. Foi iniciada a construção de uma ponte até a ilha com madeira do manguezal, porém embargada pelo IBAMA. À época da pesquisa estavam ocorrendo negociações

sigilosas com a intervenção de um político interessado na aprovação do referido projeto. Entre os pescadores contatados as opiniões são favoráveis ao empreendimento com argumento de geração de empregos e atração de capital e infra-estrutura que a presença dos turistas iria gerar.

A coleta de espécies vegetais é um outro fator dos riscos antrópicos direcionados aos manguezais, particularmente as que entram na construção de currais de pesca, um dos principais instrumentos de captura utilizados em Camará. Apesar de tradicionalmente ser um uso seletivo, a utilização da madeira dos manguezais para outros fins, aumenta o nível do risco. O manguezal é a única alternativa como fonte de retirada de madeira para a população, principalmente os de menor poder aquisitivo que não têm condições de adquiri-las nas áreas de terra firme. A este fato soma-se o aumento do uso de certas demarcadoras dos terrenos, necessários que vem se impondo à medida que os valores urbanos são introjetados na comunidade, principalmente com o aumento da especulação imobiliária implementada com a incorporação da área ao circuito turístico.

Nas últimas décadas com a maior integração das comunidades pesqueiras ao mercado, crescimento de toda a rede rodoviária e turistificação que transformam área de trabalho em área de lazer, as formas tradicionais de articulação com a natureza sofrem modificações. No caso da coleta de caranguejo, com o aumento do mercado consumidor para a “massa” como é conhecido o caranguejo beneficiado, a pressão sobre os estoques vem aumentando. Em Camará, a partir da década de 1990, vem se intensificando o beneficiamento do produto com a maior especialização dos “tiradores” que estão trabalhando mais tempo. As mulheres estão engajando-se ao trabalho de “catar a massa” enquanto os atravessadores locais diversificam

a produção comercializando-a com a “turistificação” das áreas próximas, como a praia de Crispim, o mercado para os produtos da coleta tal como o sernambi, que antes tinha pequena participação no fluxo da comercialização, está sendo explorado.

Outro aspecto do risco antrópico está na implantação de moradias em áreas de manguezal e no depósito de lixo (sem coleta regular) e dejetos de toda espécie causando problemas de saneamento nas comunidades.

No caso de São Caetano de Odivelas o maior risco antrópico em relação ao manguezal vem da coleta de caranguejo. A coleta de madeira pelos pescadores para a confecção de curral gera menos impacto em relação à coleta de crustáceos para a comercialização dentro e fora do Município. O turismo é menos evidente que em Marapanim e em outros municípios do litoral sul do Pará.

A preocupação norteadora da pesquisa em seu caráter interdisciplinar pretendeu articular um critério biótico sem perder de vista o critério social, que é o de ressaltar as diferentes formas de utilização e apropriação dos recursos fornecidos pelo meio ambiente a partir de determinações histórico-sociais e culturais, urgentes de serem registradas e analisadas numa sociedade em transformação acelerada, pelos efeitos da globalização.

Na avaliação dos componentes deste projeto, especialistas naturais, os ecossistemas do litoral nordeste do Pará estão em bom estado de conservação, porém quanto às comunidades usuárias não se pode afirmar o mesmo e apresentam baixo nível de qualidade de vida.

Do ponto de vista da vulnerabilidade intrínseca do meio ambiente, deve-se considerar como elemento básico a articulação entre a

sensibilidade e o risco antrópico. Se as situações aqui indicadas forem tomadas como primado de avaliação, na direção de revisão das políticas públicas, da implantação de programas, projetos e leis, poder-se-á empreender caminhos que levem a permanência da comunidade costeira, isto é, à sua reprodução social, sem afetar a sustentabilidade, já que a fragilidade do ecossistema será resguardada pelo seu uso racional, e deve ser traduzida em termos de dignidade da vida da população, e norteadora pelas necessidades do homem rural (ou urbano), e definida do ponto de vista ético, pois envolve a sociedade humana.

É necessário fazer o registro de espaços de sociabilidade e trabalho da comunidade humana que dependem dos manguezais, já que sua maior fragilidade em relação aos demais ecossistemas costeiros potencializa o risco antrópico e coloca a questão da sua vulnerabilidade, este fato poderá levar a posturas equivocadas, onde o uso e a preservação são vistos como excludentes, quando o que ocorre é uma relação dialógica na medida que o meio ambiente fornece os bens necessários à vida. Não vale, apenas, preservar o meio ambiente, criar reservas de proteção se o homem está de fora e se para ele as políticas estão ausentes. Equilibrar as relações homem-meio ambiente é condição sine qua non para o uso e a conservação sustentáveis dos recursos naturais e para prevenir e/ou corrigir conflitos pela apropriação dos recursos e manutenção da territorialidade (entendida aqui como espaços de produção, trabalho e renda).

Da ocupação humana pré-histórica às formas presentes, diferentes formas de manejo foram consagradas pela população nativa. Associada às variações e dependências crescentes do mercado e às pressões demográficas, o manejo desses ecossistemas pode sofrer maiores riscos se considerados o grau de vulnerabilidade.

Existem zonas ambientais que devem ser protegidas sem prejuízo do homem nativo que precisa viver com sua família, utilizando socialmente os recursos fornecidos por esses ecossistemas. Precisa-se de políticas dirigidas para esses ambientes, considerando uso e conservação/renovação para então termos um sistema sustentável verdadeiramente objetivo, real sem utopias de ambientalismos e desenvolvimentismo sem culpa. Estas zonas são as praias, manguezais erodidos ou não, dunas que estão desflorestadas e migrando pela ação eólica e áreas de habilitação da população nativa.

As ações devem ser adotadas no sentido de alerta sobre os riscos, de educação sobre o processo de erosão causada pela ação antrópica resultante de ignorância sobre a relação homem-meio ambiente.

Colocamos como recomendações algumas ações que possam contribuir para amenizar os problemas aqui mencionados, tais como:

④ Educação ambiental objetiva - tanto quanto possível vinculada às grades curriculares de ensino público e privado, em busca de uma consciência pública de respeito ao homem e ao meio ambiente, visando a recuperação de

prejuízos ou danos ambientais; a adequação de uso e conservação que revertam em sustentabilidade; a observância para a relação vulnerabilidade/sensibilidade/riscos e o que as instituições locais – públicas e privadas – podem fazer em parceria com os poderes públicos visando chamar atenção dos direitos de cidadania em cobrar os poderes públicos os seus respectivos papéis e obrigações na conservação dos recursos naturais.

④ Capacitação de lideranças locais - para aumentar a capacidade de decisão, de organização política e de autogestão, tendo em vista prover as comunidades humanas de subsídios para a solução de seus problemas e de vencer desafios do tempo presente.

④ Difusão de produtos da pesquisa básica - através de veículos adequados e permanentes, facilitando o acesso das comunidades a esses produtos.

④ Geração de trabalho e renda por parte dos poderes públicos - através de políticas de estímulos, monitoramentos, investimentos e incentivos fiscais às iniciativas privadas para a educação, saúde, saneamento, lazer e turismo.

## NOTAS

1 Projeto Institucional e Interdisciplinar da Coordenação de Ciências Humanas do MPEG, originado de anteriores em Marapanim, Quatipuru e Marajó, e que estuda a organização social dos ribeirinhos e das populações litorâneas do Estado do Pará frente às transformações do mundo moderno. Suas atuais áreas de pesquisa são: o médio Amazonas (Óbidos), estuário (Abaetetuba) e litoral (Marapanim, São Caetano de Odivelas e Maracanã). Publicações diversas apresentam seus resultados.

2 Equipe formada por Lourdes Gonçalves Furtado (Coord. Geral), Maria Cristina Maneschy (Coord. São Caetano/UFPa), Ivete Nascimento (Coord. Camará/MPEG/CNPq), Graça Santana (MPEG/CNPq), Adriana de Aviz (IC/MPEG/CNPq), Marta Marinho (IC/MPEG/CNPe), Elida Moura Figueiredo (AT/MPEG/CNPq), Marineide Almeida (AP/UFPa/CNPq).

## REFERÊNCIAS

- FURTADO, L. G. Currealistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1987.
- \_\_\_\_\_. Pesca artesanal: um delineamento de sua historia no Pará. Bol. Mus. Par. Emilio Goeldi, Série Antropologia, Belém, n. 82, p. 1-49, 1990.
- MAUSS, M. Sociologia e antropologia: com uma introdução a obra de Marcel Mauss de Claude Levy Strauss. São Paulo: EPU, 1974.
- NASCIMENTO, I. Tempo da natureza e tempo do relógio: tradição e mudança em uma comunidade pesqueira. Bol. Mus. Par. Emilio Goeldi, Série Antropologia, Belém, v. 1, n. 11, 1995.
- PINTO, J. A ajuda e a entrega. 1997. Monografia (Especialização em Produção Familiar Rural) – UFPA/CAT-MPEG, Belém, 1997.
- QUARESMA, Helena Doris; ALMEIDA, Barbosa. O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na Área de Preservação Ambiental de Algodual/Maiandeuá. Belém: UFPA, NAEA, 2000.
- REIS, Maria Regina Ribeiros. Ele é quase caranguejo: um estudo etnográfico da organização social dos tiradores de caranguejo e a comercialização nos finais de semana em Bragança-PA: memorial de qualificação. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- SOUZA, Bruno de Brito Gueiros. Ecossistemas de manguezais. São Luís: IBAMA/CNPT. (Série não me toque).